Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR	**:DSG-G.MJMS-3245/2015**
PROCESSO TC/MS	:TC/10740/2014
PROTOCOLO	:1516913
ÓRGÃO	:SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL	:THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
CARGO DA RESPONSÁVEL	:SECRETÁRIA DE ESTADO
ASSUNTO DO PROCESSO	:CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
RELATOR	:CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONVENIADO (A)	:LUZIA DE MAURO TORRES

ATO DE PESSOAL – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – REGISTRO.

Trata o presente processo da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por tempo de contribuição da servidora **Sra. Luzia de Mauro Torres**, ocupante do cargo de Auxiliar de Limpeza, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no Município de Fátima do Sul/MS.

A equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal – ICAP apreciou a documentação apresentada e, através da Análise Conclusiva ANA-3292/2015, opinou:

> *"Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o* ***Registro*** *da presente Aposentadoria Voluntária."* (grifo nosso)

Da mesma forma foi o entendimento exarado pelo Ministério Público de Contas que, emitiu o Parecer PAR-MPC – GAB.4 DR.JOÃOMJR/SUBSTITUTO–3102/2015 onde concluiu:

> *"este Ministério Público de Contas opina favoravelmente ao registro de Aposentadoria em apreço."* (grifo nosso)

Vieram os autos a esta Relatoria para decisão.

É o Relatório.

Observa-se com o exame dos autos que a presente APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por tempo de contribuição encontra-se formalizada em conformidade com os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

Diante do que se apresentou, acolho o posicionamento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e **DECIDO:**

1- Pelo Registro da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por tempo de contribuição da servidora **Sra. Luzia de Mauro Torres**, o que faço com base no artigo 34, inciso II da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 10, inciso I - do Regimento Interno desta Corte de Contas;

2- Pela comunicação do resultado desta Decisão aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

3- Determinar a remessa dos autos ao Cartório para providências regimentais.

É a DECISÃO.

Campo Grande, 11 de maio de 2015.

Conselheira Marisa Serrano
R E L A T O R A

fer